

www.pwc.com.br

Ludesa Energética S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Ludesa Energética S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ludesa Energética S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Ludesa Energética S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de



Ludesa Energética S.A.

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 22 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Adriano Formosinho Correia
CPF: 7827862504
Signing Time: 22 de março de 2024 12:41:01 BRT
O: CFC Brasil, Cx: Secretário da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Email: AC.SERASA@RFB.VL

5501384519AS438
Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
ATIVO	2
PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	11
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	16
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	17
(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR.....	17
(9) OUTROS ATIVOS.....	18
(10) IMOBILIZADO	18
(11) INTANGÍVEL	19
(12) FORNECEDORES	19
(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER	19
(14) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	20
(15) ADIANTAMENTO DE CLIENTES	20
(16) OUTRAS CONTAS A PAGAR	20
(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	20
(18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	22
(19) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	22
(20) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	22
(21) RESULTADO FINANCEIRO	23
(22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
(23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	23
(24) SEGUROS	24
(25) GESTÃO DE RISCOS.....	25
(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	26
(27) COMPROMISSOS	28

da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da LUDESA Energética S.A. ("Ludesa" ou "Companhia"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da CPFL Energia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Companhia esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Companhia não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2023, não houve investimentos significativos efetuados pela Companhia. A Companhia apresentou o Lucro operacional de R\$ 57.021, comparando com o lucro de R\$ 61.524 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Companhia destinou R\$ 181 a título de constituição de reserva legal, R\$ 13.051 a título de distribuição de dividendos adicionais e R\$ 40.147 a título de dividendos intermediários.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.649	5.182
Títulos e valores mobiliários	6	-	1.891
Consumidores, concessionárias e permissio	7	9.188	10.435
Imposto de renda e contribuição social a compensar e outros tributos a compensar	8	2.727	1.511
Outros ativos	9	314	168
Total do circulante		14.878	19.187
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissio	7	2	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar e Outros tributos a compensar	8	620	753
Imobilizado	10	73.191	76.654
Intangível	11	9.439	10.034
Total do não circulante		83.252	87.441
Total do ativo		98.130	106.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	12	1.021	1.039
Imposto de renda e contribuição social e outros impostos a recolher	13	869	1.089
Dividendos	14	2.610	-
Adiantamento de Clientes	15	730	504
Outras contas a pagar	16	512	502
Total do circulante		5.742	3.134
Patrimônio líquido	17		
Capital social		58.721	68.721
Reserva de capital		17.921	17.921
Reserva legal		7.646	7.464
Ações em tesouraria		(4.950)	(4.950)
Dividendos		13.050	14.338
Total do patrimônio líquido		92.388	103.494
Total do passivo e do patrimônio líquido		98.130	106.629

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2023	2022
Receita operacional líquida	18	66.008	70.504
Custo com energia elétrica	19	(1.485)	(1.579)
Custo com operação		(7.502)	(7.401)
Depreciação e amortização		(5.358)	(5.457)
Outros custos com operação	20	(2.144)	(1.944)
Lucro operacional bruto		57.021	61.524
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(1.939)	(2.000)
Depreciação e amortização		(1)	(1)
Outras despesas gerais e administrativas	20	(1.938)	(1.999)
Outras despesas operacionais	20	1	(61)
Outras despesas operacionais		1	(61)
Resultado do serviço		55.082	59.463
Receitas financeiras	21	748	747
Despesas financeiras	21	(106)	(70)
		642	677
Lucro antes dos tributos		55.724	60.140
Contribuição social	22	(809)	(859)
Imposto de renda	22	(1.536)	(1.629)
		(2.344)	(2.487)
Lucro líquido do exercício		53.380	57.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.
Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	53.380	57.652
Resultado abrangente do exercício	53.380	57.652

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de Lucro		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Dividendo		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	68.721	17.921	(4.950)	4.581	15.816	-	102.090
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	57.652	57.652
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	57.652	57.652
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	2.883	-	(2.883)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	2.883	-	(2.883)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	-	(1.478)	(54.769)	(56.247)
Realização de dividendos propostos 2021	-	-	-	-	(15.816)	-	(15.816)
Dividendo Adicionais	-	-	-	-	14.338	(14.338)	-
Dividendo Intermediário	-	-	-	-	-	(40.431)	(40.431)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	68.721	17.921	(4.950)	7.464	14.339	-	103.495
Resultado abrangente total	-	-	-	-	-	53.380	53.380
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	53.380	53.380
Mutações internas do patrimônio líquido	-	-	-	181	-	(181)	-
Constituição da reserva legal	-	-	-	181	-	(181)	-
Transações de capital com os acionistas	(10.000)	-	-	-	(1.288)	(53.199)	(64.486)
Aumento (Redução) de capital	(10.000)	-	-	-	-	-	(10.000)
Realização de dividendos propostos 2022	-	-	-	-	(14.339)	-	(14.339)
Realização de dividendos intermediários 2023	-	-	-	-	(40.147)	-	(40.147)
Dividendo Adicionais	-	-	-	-	13.051	(13.051)	-
Dividendo Intermediários	-	-	-	-	40.147	(40.147)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2023	58.721	17.921	(4.950)	7.646	13.051	0	92.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 (Em milhares de Reais)

	2023	2022
Lucro antes dos tributos	55.724	60.140
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	5.359	5.458
Despesa (receita) com plano de pensão	-	17
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1	-
Perda (ganho) na baixa de não circulante	(5)	57
	61.079	65.672
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.245	(3.150)
Tributos a compensar	787	(388)
Outros ativos operacionais	(145)	(18)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(19)	307
Outros tributos e contribuições sociais	(321)	83
Taxas regulamentares	1	-
Adiantamento de clientes	-	(967)
Outros passivos operacionais	232	(1.425)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	62.859	60.114
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.312)	(2.008)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	60.547	58.106
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	(1.296)	(1.151)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	-	(1.891)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	1.891	5.178
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	595	2.676
Atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de capital	(10.000)	-
Dividendos pagos	(53.675)	(56.247)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(63.675)	(56.247)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.533)	4.535
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.182	647
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.649	5.182

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LUDESA ENERGÉTICA S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A LUDESA ENERGÉTICA S.A. ("Ludesa" ou "Companhia") é uma companhia por ações de capital fechado, que tem por objeto social, exclusivamente, a exploração do potencial Hídrico do Rio Chapecó, localizado no estado de Santa Catarina, através do desenvolvimento e da implementação da pequena Central hidrelétrica da Ludesa (PCH Ludesa). A Companhia tem sua sede social e foro na Linha da Balsa Velha, rua principal s/nº, na cidade de Iguaçu, Estado de Santa Catarina.

1.1 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possui a seguinte autorização outorgada pela ANEEL representado pelo seguinte empreendimento a seguir:

PCH	Data da Resolução	Resolução original	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW)
LUDESA	17/02/2002	REA 705	30 anos	30

O prazo da autorização é contado a partir da data da sua assinatura.

A Companhia é uma controlada direta da Dobrevê Energia S.A. e indireta da CPFL Energia Renováveis S.A., regida pelo seu estatuto social (registrado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – "JUCESC") e acordo de acionistas depositado na Companhia.

1.2 Sazonalidade

A receita operacional e os custos de geração das PCHs, sofrem relevante impacto da sazonalidade ao longo de todo o ano, com as seguintes características:

PCHs: O período de chuvas favorece a geração das regiões Sudeste e Centro-Oeste no 1º e 4º trimestres, enquanto no Sul, o período de chuvas favorece a geração no 2º e 3º trimestres.

Além disto, os efeitos na contabilização das receitas das PCHs são consequência da garantia física de cada usina, sazonalizada, a qual é registrada na CCEE. As diferenças entre a energia gerada e a garantia física são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). A quantidade de energia gerada, acima ou abaixo da garantia física, é valorada por uma tarifa denominada Tarifa de Energia de Otimização ("TEO"), que cobre somente os custos de operação e manutenção da usina. Esta receita ou despesa adicional será mensalmente contabilizada para cada gerador. Por fim, caso as usinas do MRE não gerem o somatório das garantias físicas, por condições hidrológicas desfavoráveis, todas as usinas rateiam a diferença valorada pelo Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD"), este efeito é definido como Generation Scaling Factor ("GSF").

1.3 Mudanças Climáticas CPFL

Como posicionamento frente às Mudanças Climáticas, a controladora da Companhia, a CPFL Energia declara seu compromisso com os objetivos do Acordo de Paris e com a necessidade de limitar o aumento da temperatura média global em 1,5°C, com a consequente redução e neutralização das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE).

Anualmente, a controladora da Companhia, a CPFL Energia realiza o Inventário de Emissões de GEE com base na metodologia GHG Protocol. Faz as medições e divulgação dos três escopos do inventário, sendo eles:

- Escopo 1: Emissões diretas que pertencem ou são controladas pela Companhia;
- Escopo 2: Emissões indiretas relacionadas a compra de energia elétrica e a perdas técnicas de distribuição e transmissão de energia
- Escopo 3: Emissões indiretas relacionadas à cadeia de valor

A Companhia considera em sua estratégia o Plano ESG 2030 (Environmental, Social and Governance), o qual demonstra as diretrizes de atuação para todos os negócios e orienta a realização de investimentos alinhados às tendências globais para o desenvolvimento sustentável. A estrutura do plano considera três compromissos principais relacionados à descarbonização das operações: (i) Gerar energia 100% renovável até 2030; (ii) Ser carbono neutro a partir de 2025¹, reduzindo 56% das emissões dos escopos 1, 2 e 3 até 2030; e (iii) Oferecer soluções de baixo carbono para nossos clientes, com metas anuais de receitas de I-RECs (certificados internacionais de energia renovável) e de créditos de carbono.

Na publicação “Nossa jornada contra as mudanças climáticas” a CPFL divulga suas estratégias, os riscos e oportunidades para a Companhia, de acordo com a metodologia *Task Force for Climate-related Financial Disclosures* – TCFD (Força-Tarefa sobre Divulgações Financeiras Relacionadas ao Clima).

¹ Neutralização em 2026 referente ao Inventário de GEE 2025..

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 22 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 24 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);

Nota 10 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis);

Nota 26 – Instrumentos financeiros (premissas para determinação do valor justo);

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(3) SUMÁRIO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se tornou uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 23.

– Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Incluem ainda quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que este

esteja em condição de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os ganhos e perdas na alienação e ou/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor residual do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de geração de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

3.4 Redução ao valor recuperável

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em default quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões com base em suas taxas de inadimplência observadas históricas ao longo da vida esperada das contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), Exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- o dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- o quebra de cláusulas contratuais;
- o reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- o a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecido em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o *ágio* ("*goodwill*"), são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo *ágio*, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.5 Dividendos e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado, ou conforme previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação do Conselho de Administração.

3.6 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total faturado pela Companhia.

3.7 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

3.8 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Companhia adotou as alterações ao CPC 32 / IAS 12 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Companhia, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 / IAS 8 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) / IAS 1 no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1) / IAS 1)

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras, e não adotará.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos bancários	49	3
Aplicações financeiras ¹	2.600	5.179
Total	2.649	5.182

¹ Representa valores aplicados em fundos, com alta liquidez e remuneração equivalente na média de 100,38% do CDI (101,09% do CDI em 31 de dezembro de 2022), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI lastreadas em títulos públicos federais, CDB's e debêntures compromissadas de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos e valores mobiliários	-	1.891
Total	-	1.891

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Total	
			31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Operações realizadas na CCEE	418	-	418	11
Concessionárias e permissionárias	8.768	3	8.771	10.424
	9.186	3	9.189	10.435
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(1)	(1)	-
Total	9.186	2	9.188	10.435
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE	2	-	2	-
Total	2	-	2	-

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD") - a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(8) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	26
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	26
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	692	320
Programa de integração social - PIS	327	214
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.697	950
Outros tributos a compensar	2.716	1.484
Total circulante	2.727	1.511
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	297	297
Imposto de renda a compensar - IRPJ	321	177
Imposto de renda e contribuição social a compensar	618	474
Programa de integração social - PIS	2	41
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	-	238
Outros tributos a compensar	2	279
Total não circulante	620	753

Imposto de renda e contribuição social a compensar – refere-se a créditos tributários gerados por pagamentos efetuados a maior de acordo com o regime de lucro real.

Imposto de renda retido na fonte – IRRF - refere-se a retenções sobre aplicações financeiras que não dependem de decisões judiciais ou administrativas para que sejam utilizadas.

Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS – refere-se a créditos retidos na fonte por órgãos públicos sobre a venda de energia e créditos tomados sobre encargos, materiais, serviços e sobre compra de energia.

(9) OUTROS ATIVOS

	31/12/2023	31/12/2022
Ordens em curso	20	-
Despesas antecipadas	263	138
Outros	31	31
Total	314	168

(10) IMOBILIZADO

	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Em curso	Total
Saldo em 31/12/2021	16.993	11.691	9.356	41.937	-	1	444	80.422
Custo histórico	24.616	21.033	19.561	90.984	20	11	444	156.670
Depreciação acumulada	(7.623)	(9.342)	(10.205)	(49.047)	(20)	(11)	-	(76.248)
Adições	-	-	-	-	-	-	1.152	1.152
Baixas	-	-	-	(207)	-	-	-	(207)
Depreciação	(362)	(672)	(329)	(3.499)	-	-	-	(4.862)
Baixa da depreciação	-	-	-	150	-	-	-	150
Saldo em 31/12/2022	16.631	11.018	9.027	38.381	-	-	1.596	76.655
Custo histórico	24.616	21.033	19.561	90.916	20	11	1.596	157.754
Depreciação acumulada	(7.985)	(10.015)	(10.534)	(52.536)	(20)	(11)	-	(81.101)
Adições	-	-	-	-	-	-	1.296	1.296
Baixas	-	-	(76)	(17)	-	-	-	(93)
Transferências	-	-	-	246	-	21	(267)	-
Depreciação	(362)	(672)	(329)	(3.402)	-	-	-	(4.765)
Baixa da depreciação	-	-	48	53	-	-	-	101
Saldo em 31/12/2023	16.269	10.346	8.670	35.260	-	21	2.625	73.191
Custo histórico	24.616	21.033	19.485	91.145	20	32	2.625	158.956
Depreciação acumulada	(8.347)	(10.687)	(10.815)	(55.885)	(20)	(11)	-	(85.765)
Taxa média de depreciação 2023	4,34%	6,29%	3,04%	6,09%	0,00%	0,00%		
Taxa média de depreciação 2022	1,47%	3,20%	1,68%	3,83%	0,00%	3,25%		

Os valores de depreciação estão registrados na demonstração do resultado, na linha de “Depreciação e amortização”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022 não houve necessidade de provisão de recuperação.

(11) INTANGÍVEL

	Uso do bem público	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2021	10.575	46	10.622
Custo histórico	10.966	46	11.012
Amortização acumulada	(391)	-	(391)
Adições	-	8	8
Amortização	(595)	-	(595)
Saldo em 31/12/2022	9.980	54	10.034
Custo histórico	10.966	54	11.020
Amortização acumulada	(986)	-	(986)
Amortização	(595)	-	(595)
Saldo em 31/12/2023	9.385	54	9.439
Custo histórico	10.966	54	11.020
Amortização acumulada	(1.581)	-	(1.581)

11.1 Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2023 e 2022, não houve necessidade de registro de provisão para recuperação ao valor recuperável.

(12) FORNECEDORES

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	193	222
Encargos de uso da rede elétrica	100	107
Materiais e serviços	728	710
Total	1.021	1.039

(13) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

	31/12/2023	31/12/2022
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	397	616
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	188	232
Imposto de renda e contribuição social a recolher	585	847
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	22	-
Programa de integração social - PIS	37	41
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	170	188
Outros	55	13
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	284	241
Total Circulante	869	1.089

(14) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

	31/12/2023	31/12/2022
Dobrevê Energia S.A.	2.610	-
Total	2.610	-

(15) ADIANTAMENTO DE CLIENTES

	31/12/2023	31/12/2022
Adiantamento de Clientes	730	504
Total	730	504

Os saldos em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 referem-se, substancialmente, aos recebimentos de clientes pelo fornecimento de energia, sem que tenha ocorrido ainda o fornecimento relacionado.

(16) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Consumidores e concessionárias	239	246
Taxas regulamentares	9	9
Aquisição de negócios	264	248
Total	512	503

(17) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2023 está distribuída da seguinte forma:

Acionistas	31/12/2023	
	Ordinárias	Participação %
Dobrevê Energia S.A.	41.181.151	60%
Ludesa Holding S.A.	27.454.100	40%
Ações em Tesouraria	31.237	-
Total	68.666.488	100%

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o Capital Social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 58.721, representado por 68.666.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Reserva de capital

O saldo da reserva de capital em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 17.921 (R\$ 17.921 em 31 de dezembro de 2022), representado pela seguinte abertura: i) reserva de capital ágio emissão de ações R\$ 12.971 (R\$ 12.971 em 31 de dezembro de 2022) e ii) outras reservas R\$ 4.950 (R\$ 4.950 em 31 de dezembro de 2022).

Reserva de lucros

O saldo da reserva de lucro em 31 de dezembro 2023 é de R\$ 20.697 (R\$ 21.803 em 31 de dezembro 2022), que compreende: i) Reserva Legal R\$ 7.646 (R\$ 7.464 em 31 de dezembro 2022); ii) Dividendos R\$ 13.051 (R\$ 14.339 em 31 de dezembro 2022).

Ações em tesouraria

Em assembleia extraordinária realizada em 30 de abril de 2016, foi aprovada o resgate do importe de R\$ 4.950 (quatro milhões, novecentos e cinquenta mil reais) da conta de Reserva de Capital da Companhia, com a consequente entrega da integralidade deste valor, da seguinte forma:

a) R\$ 2.970 (dois milhões, novecentos e setenta mil reais) ao acionista Dobrevê Energia S.A. a título de recompra de 18.742 (dezoito mil setecentos e quarenta e duas ações) ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 158,46 por ação, para permanência em tesouraria; e

b) R\$ 1.980 (um milhão novecentos e oitenta mil reais) ao acionista Ludesa Holding S.A. a título de recompra de 12.495 (doze mil novecentos e quarenta e cinco) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal ao preço de R\$ 158,46 por ação, para permanência em tesouraria.

Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê que a competência para a declaração de dividendos é da Diretoria Executiva. Conforme o estatuto social os acionistas têm direito a dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme o artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	53.380	57.652
Constituição de reserva legal	(181)	(2.882)
Base para Dividendos mínimos Obrigatórios	53.199	54.770
Dividendos intermediários	(40.147)	(40.431)
Dividendos adicionais propostos	(13.051)	(14.338)

Os dividendos intermediários foram declarados no decorrer de 2023, conforme AGEs publicadas nas datas abaixo:

R\$ 13.418 em 24 de abril de 2023, R\$ 13.676 em 17 de julho de 2023 e R\$ 13.051 em 20 de outubro de 2023.

(18) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica		
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	68.486	73.158
Energia elétrica de curto prazo	140	123
Total da receita operacional bruta	68.626	73.281
Deduções da receita operacional		
PIS	(446)	(476)
COFINS	(2.059)	(2.198)
Outros	(114)	(104)
	(2.619)	(2.779)
Receita operacional líquida	66.008	70.504
Receita de operações com energia elétrica - em GWh	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	176	181
Total	176	181

(19) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	R\$ mil	
	2023	2022
Energia comprada para revenda		
Energia de curto prazo	290	326
Subtotal	290	326
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição		
Encargos de uso do sistema de distribuição	1.195	1.253
Subtotal	1.195	1.253
Total	1.485	1.579
Energia comprada para revenda - Gwh	7	11

(20) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo com operação		Despesas Operacionais				Total	
	2023	2022	Gerais e		Outros		2023	2022
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal	-	1.007	-	855	-	-	-	1.862
Entidade de previdência privada	-	17	-	-	-	-	-	17
Material	101	58	56	55	-	-	157	113
Serviços de terceiros	1.759	615	1.790	977	-	-	3.549	1.592
Outros	284	247	93	112	(1)	61	376	420
Arrendamentos e aluguéis	118	127	71	63	-	-	189	190
Legais, judiciais e indenizações	-	-	20	49	-	-	20	49
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	(5)	57	(5)	57
Outros	166	120	2	-	4	4	172	124
Total	2.144	1.944	1.938	1.999	(1)	61	4.081	4.003

(21) RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	745	738
Outros	3	8
Total	748	747
Despesas		
IOF	(17)	(64)
Multas e Juros sobre tributos	(89)	(3)
Outros	-	(3)
Total	(106)	(70)
Resultado financeiro	642	677

(22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

A Administração da Companhia adotou o regime de tributação com base no lucro presumido para 2023 e 2022. O quadro a seguir demonstra a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social aplicando-se as alíquotas válidas vigentes nos respectivos exercícios.

	2023		2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	68.626	68.626	73.281	73.281
Alíquota sobre a receita	8%	12%	8%	12%
	5.490	8.235	5.862	8.794
Receitas financeiras	748	748	747	747
Base de cálculo	6.238	8.983	6.609	9.541
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Débito fiscal apurado	(1.560)	(809)	(1.652)	(859)
Ajuste decorrente do adicional de IR	24		24	
Total	(1.536)	(809)	(1.629)	(859)

(23) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controlador direto a DESA – Dobrevê Energia S.A. (“DESA”) e controlador indireto a CPFL Energias Renováveis S.A. (“CPFL Renováveis”), que por sua vez, possui como controlador direto a CPFL Geração de Energia S.A. (“CPFL Geração”) com 50,85% das ações e como controlador indireto a CPFL Energia S.A. (“CPFL Energia”) com 49,50% das ações, que detém 100% do capital social da CPFL Geração, e possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- a) **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia, através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado regulado, tem seus preços definidos através de mecanismos estabelecidos pelo Poder Concedente.
- b) **Alocação de despesas** – Refere-se a rateios de despesas de mão-de-obra entre a CPFL Renováveis e a Companhia.

As transações entre partes relacionadas são como segue:

	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	830	-	-	-	9.771	-	-
Outras Contas a Pagar								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	-	(3.139)	(577)	-	-	(3.212)	(2.964)
	<u>-</u>	<u>830</u>	<u>(3.139)</u>	<u>(577)</u>	<u>-</u>	<u>9.771</u>	<u>(3.212)</u>	<u>(2.964)</u>

Pessoal-chave da Administração

A Companhia não realizou pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022. Os diretores da Companhia são indicados pelos acionistas e não há remuneração paga a esses diretores pela Companhia.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

(24) SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice (*)</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativo Imobilizado	Riscos operacionais, lucros cessantes, Riscos Nomeados, Riscos de engenharia e Multirisco geral, Obras civis de instalação e montagem.	306.000	306.000
Responsabilidade civil	Concessionárias ou não de Distribuição de Energia Elétrica e Riscos Ambientais.	90.000	90.000
Garantia	Seguro Garantia	-	400
Total		<u>396.000</u>	<u>396.400</u>

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(25) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem, principalmente, a geração de energia elétrica de fontes renováveis.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na Companhia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da Companhia:

- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites.
- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia.
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração.
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos.
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras ao qual a Companhia está exposta bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de risco definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia desta Política e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos no Grupo, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos das empresas do Grupo e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a seus ativos e passivos financeiros. A quantificação deste risco está apresentada na nota 23.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: Este risco está associado a venda de energia produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2021 se observou uma sequência de hidrologia desfavorável, sendo a pior do histórico para o período de abril a setembro. O que acarretou uma série de ações mitigatórias, pelo governo, quanto ao risco de suprimento.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* Bloomberg, tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(26) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo							
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 1	2.649	2.649	5.182	5.182
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	-	-	1.891	1.891
Total				2.649	2.649	7.073	7.073

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) caixa e equivalentes de caixa (ii) títulos e valores mobiliários (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias.
- Passivos financeiros: fornecedores.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (basicamente por taxas de juros) irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno

c) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, IGP-M, IPCA e TJLP), conforme demonstrado abaixo:

Instrumentos	Exposição	Risco	Receita (despesa)			Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
			taxa no período	taxa cenário provável (a)	Cenário provável		
Instrumentos financeiros ativos	2.600	baixa CDI	11,65%	10,11%	263	197	131
	2.600				263	197	131
Total	2.600				263	197	131
Efeitos no resultado abrangente acumulado					-	-	-
Efeitos no resultado do período					263	197	131

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

d) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	Total
Fornecedores	12		1.021		1.021
Total		-	1.021	-	1.021

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita a exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívidas que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um rating de pelo menos AA- (*Fitch, Moody's e S&P*).

A Companhia considera que os depósitos vinculados têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou em 31 de dezembro de 2023 e 2022 títulos que tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável.

(27) COMPROMISSOS

O cronograma de vencimentos dos principais compromissos de longo prazo da Companhia é como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5	Total
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	29 anos	1.217	2.571	2.752	85.586	92.126
Prêmio de Risco - Repactuação do Risco Hidrológico	4 anos	550	1.162	1.247	8.556	11.515
Total		1.767	3.733	3.999	94.142	103.641

DIRETORIA

XINJIAN CHEN
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

CONTABILIDADE

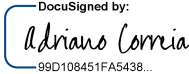
RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8E76FBA3404B4C2D98F3052EB9C05B2E		Status: Concluído
Assunto: Complete com a DocuSign: LUDESAENERGETICA32.DEZ.pdf, 4Q23 G100 DF Ludes_a_vf.docx		
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)		
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables		
Envelope fonte:		
Documentar páginas: 33	Assinaturas: 1	Remetente do envelope:
Certificar páginas: 8	Rubrica: 0	Yuri Clementino
Assinatura guiada: Ativado		Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado		andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília		São Paulo, São Paulo 04538-132
		yuri.clementino@pwc.com
		Endereço IP: 54.94.245.207

Rastreamento de registros

Status: Original	Portador: Yuri Clementino	Local: DocuSign
22 de março de 2024 19:35	yuri.clementino@pwc.com	
Status: Original	Portador: CEDOC Brasil	Local: DocuSign
22 de março de 2024 20:42	BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team	
	@pwc.com	

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Adriano Correia	DocuSigned by:  99D108451FA5438...	Enviado: 22 de março de 2024 19:55
adriano.correia@pwc.com		Visualizado: 22 de março de 2024 20:40
Sócio		Assinado: 22 de março de 2024 20:41
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital	Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado	
Detalhes do provedor de assinatura:	Usando endereço IP: 134.238.160.120	
Tipo de assinatura: ICP Smart Card		
Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:		
Aceito: 25 de fevereiro de 2022 21:45		
ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c		
Nome da empresa: PwC		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Uanderson Telles	Copiado	Enviado: 22 de março de 2024 19:55
uanderson.teles@pwc.com		
Gerente de Auditoria		
PricewaterhouseCoopers		
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:		
Não oferecido através do DocuSign		

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Yuri Clementino yuri.clementino@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	Copiado	Enviado: 22 de março de 2024 19:55 Reenviado: 22 de março de 2024 20:42 Visualizado: 22 de março de 2024 20:46
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
-------------------------	------------	-------------------------

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
---------------------	------------	-------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	22 de março de 2024 19:55
Entrega certificada	Segurança verificada	22 de março de 2024 20:40
Assinatura concluída	Segurança verificada	22 de março de 2024 20:41
Concluído	Segurança verificada	22 de março de 2024 20:41

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
----------------------	--------	----------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		
--	--	--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.